

Fim da linha Justiça manda e Prefeitura retira ciclofaixa

A via para ciclistas foi construída em janeiro e gerou a cassação do prefeito Paulo Azeredo por irregularidades na obra

MONTENEGRO – Exatos cinco meses depois de iniciada a instalação, a ciclofaixa, ou ciclovia, da Rua Capitão Cruz, é retirada. Um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) assinado pelo município de Montenegro junto ao Ministério Público (MP) viabilizou a demolição da obra que dividiu montenegrinos e gerou o processo de Impeachment, que acabou cassando o mandato de Paulo Azeredo, dia 25 de maio. E desde que assumiu sua cadeira, Luiz Américo Alves Aldana, vice eleito de Paulo em 2012, alinhavou com o Ministério Público uma solução "rápida" para a situação criada numa das ruas centrais de maior movimento.

16 de janeiro

A cidade amanhece com a surpresa da construção da ciclofaixa no eixo central da Rua Capitão Cruz. Por volta do meio dia, o então diretor de Trânsito, Edar Borges Machado, pede sua exoneração do cargo. O motivo, segundo ele, era a forma como estava sendo conduzida a construção de uma ciclofaixa no meio da Rua Capitão Cruz, no centro da cidade. Edar alega que nem ele, nem o Conselho Municipal de Trânsito, Bombeiros ou Brigada Militar foram consultados.

Naquela noite, membros da Associação Ciclística Montenegrina (Aciclomont) passaram pela ciclofaixa. De acordo com o secretário da entidade, Paulo Renato Petry, a implantação de ciclofaixas na cidade indica evolução. Segundo ele, foi pedido mais atenção para a segurança dos ciclistas no trecho da Rua Capitão Cruz. No dia se-

guinte começam as colocações de meios fios para delimitar a ciclovia.

21 de janeiro

Os vereadores Marcio Müller (PTB - presidente da Câmara) e Renato Kranz (PMDB) enviam ao Ministério Público uma representação contra a instalação da ciclofaixa. No documento, os vereadores argumentam que a obra não tem o aval do Conselho Municipal de Trânsito. A promotora especializada de Montenegro, Carmem Lucia Garcia, encaminha ofício à Administração solicitando várias informações a respeito da obra. No ofício encaminhado, a Promotora indica ainda que qualquer alteração nas vias só poderá ser feita com a concordância do Conselho Municipal de Trânsito e acrescenta que "caso descumprida a recomendação há possibilidade de incursão em ato de improbidade administrativa".

2 de fevereiro

A Prefeitura promove uma reunião no auditório da DPPA, quando o coronel Leodimar Mantovani afirma que os meios-fios são perigosos e poderiam acabar sendo usados por delinquentes para bloquearem as ruas e cometerem crimes. Dois dias depois começam a ser colocadas calotas nas laterais.

26 de fevereiro

A Câmara de Vereadores de Montenegro aceita um pedi-

do de abertura de processo de Impeachment contra o prefeito Paulo Azeredo. Somente os vereadores do PDT (Dorivaldo da Silva, Ari Müller e Roberto Braatz), mesmo partido do prefeito, votam pela rejeição. Os parlamentares do PP (Gustavo Zanatta, Rose Almeida e Carlos Einar de Mello), Marcio Müller (PTB), Marcos Gehlen (PT), Renato Kranz e Ataulfo Escher (PMDB) foram favoráveis ao pedido, que precisava



Funcionários apagaram as marcas da ciclofaixa com tinta preta



Operários usaram ferramentas para retirar os tachões

de sete votos para ser aprovado.

27 de março

A juíza Deise Fabiane Vicente ordena que a ciclofaixa, ou ciclovia, seja removida em até 15 dias, ou o prefeito terá que pagar multa diária de R\$ 100 mil por descumprimento. O prefeito Paulo Azeredo avisa que vai recorrer em todas as instâncias possíveis para não retirar a ciclovia do local, que

segundo ele, é uma conquista da população.

10 de abril

A desembargadora Laura

10 de abril

A desembargadora Laura Louzada Jacottet aceitou as alegações da Prefeitura Municipal e concedeu efeito suspensivo para a liminar que mandava demolir a ciclovia. Até o julgamento da Ação Civil Pública a obra deve permanecer inalterada, em razão de outra ação cautelar

25 de maio

Às quinze horas do dia 25 de maio o presidente do Legislativo, Vereador Márcio Miguel Müller, decreta a cassação do mandato do Prefeito Paulo Azeredo, após uma sessão de cinco horas. Oito vereadores foram favoráveis à cassação. Em seguida a Câmara dá posse a Luiz Américo Alves Aldana, que em seu discurso, promete governar com 'legalidade'.

15 de junho

A Prefeitura de Montenegro inicia a retirada da ciclofaixa. A obra, que gerou o processo que culminou na cassação do prefeito Paulo Azeredo em maio, vinha preocupando o novo prefeito. Desde a posse, Luiz Aldana e seus assessores se reúnem com MP na busca da solução. Na última segunda-feira, dia 15, a juíza Deise Fabiane Vicente expediu a ordem de demolição. Às 23 horas, a prefeitura iniciou os trabalhos.

|jb.cardoso@fatonovo.com.br